



A Extensão Popular como Estratégia para o Protagonismo Estudantil na Formação Inicial

Popular Extension as a Strategy for Student Protagonism in Initial Teacher Education

Rosa Maria Farias Tenório
Volmir José Brutscher
Universidade de Pernambuco (UPE)
Nazaré da Mata-Brasil

Resumo: Este estudo objetiva investigar como o protagonismo estudantil está sendo pensado nas atividades de Extensão, visando mapear os avanços da curricularização nessa seara acadêmica como parte da formação inicial docente, entre 2018 e 2024, tendo a Extensão Popular como estratégia para as práticas formativas. O percurso metodológico é qualitativo e exploratório, realizado por meio da investigação do Estado da Arte em trabalhos constantes dos dados da CAPES. Os resultados apontam avanços e lacunas, principalmente em relação à ausência de pesquisas sobre a Extensão Popular, indicando que prevalece a Extensão Acadêmica tradicional.

Palavras-chave: Protagonismo Estudantil; Formação Inicial Docente; Extensão Popular.

Abstract: This study aims to investigate how student protagonism is being considered in extension activities, seeking to map the progress of the curricular integration of extension in initial teacher education between 2018 and 2024, with popular extension as a strategy for formative practices. The methodological approach is qualitative and exploratory, conducted through a State of the Art review of works archived in the CAPES database. The results indicate both progress and gaps, especially regarding the lack of research on popular extension, suggesting that a traditional academic extension model still prevails.

Keywords: Student Protagonism; Initial Teacher Education; Popular Extension.

Para começo de conversa: a ciranda da Extensão Popular

*Minha ciranda não é minha só
Ela é de todos nós
A melodia principal quem guia
É a primeira voz...
(Antônio Baracho)*

A premência da epígrafe de “Minha Ciranda” abre caminhos para compreendermos a essência da Extensão Popular: uma formação construída de mãos dadas, de forma coletiva, dialógica e afetiva, entre a Universidade, os territórios e grupos comunitários de seu entorno, de acordo com a Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012).

Este estudo parte de uma investigação de doutoramento em fase inicial, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco (PPGE/UPE), e que propõe refletir sobre os sentidos e práticas da Extensão Universitária na formação inicial docente, a partir da obrigatoriedade da curricularização da Extensão nos cursos de graduação.

Marco Legal

Desde a Resolução CNE nº7/2018, que estabelece a inclusão de, no mínimo, 10% da carga horária em ações extensionistas, até a Resolução nº 4/2024, que especifica 320 horas para os cursos de licenciatura, a Extensão passou a ocupar lugar estruturante nos currículos.

Para além da regulamentação legal, inquieta-nos, entretanto, a seguinte questão: *Como está sendo implantada essa Extensão nos currículos, de modo a garantir o protagonismo dos estudantes?*

No cenário atual, delineado por avanços e inúmeros desafios, urge compreender, a partir da promulgação das resoluções supracitadas, como assegurar o acesso de todos os estudantes à Extensão e de que maneira suas práticas impactam o processo formativo e cidadão dos discentes e da comunidade.

Na Universidade de Pernambuco (UPE), as atividades extensionistas são desenvolvidas em dois formatos: Atividades Curriculares de Extensão (ACE) e, mais recentemente, Disciplinas Curriculares de Extensão (DCExts), somando oito anos de experiência nos currículos. Atualmente, a UPE oferece 58 cursos de graduação (UPE-SSA3, 2025), dos quais 35 estão em processo de implementação da curricularização da Extensão, e, no conjunto das licenciaturas (24 cursos), 5 cursos efetivamente incorporam atividades extensionistas em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) (PROEC/UPE, 2024.) Trata-se dos cursos de Geografia (*Campus Garanhuns*); Pedagogia (*Campus Mata Norte*); Educação

Física (*Campus Santo Amaro*); Pedagogia (*Campus Petrolina*); e Ciências Sociais (*Campus Santo Amaro*).

Diante desse contexto, e considerando a experiência que está sendo desenvolvida na UPE, o presente recorte objetiva buscar subsídios para compreender como o Protagonismo Estudantil está sendo pensado nas atividades de Extensão, a partir do levantamento de dados em pesquisas depositadas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, visando mapear o estado da arte acerca dos desafios e avanços da curricularização da Extensão na formação inicial docente.

O problema que orienta essa investigação é: *Em que medida a curricularização da extensão universitária promove o protagonismo estudantil a partir da perspectiva da Extensão Popular na formação inicial docente?* Esta questão emerge da tensão entre o prescrito e o vivido, entre o ideal normativo e as práticas concretas no ensino superior, notadamente no que concerne à inserção efetiva e significativa dos estudantes nas atividades extensionistas.

Enquanto parte do princípio constitucional e acadêmico da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (CF, 1988, art. 207), a Extensão Universitária acarrega o potencial de transformar as relações entre universidade e sociedade. Nesse percurso, a Extensão Popular é a relação que se configura como prática dialógica, emancipatória e situada que reconhece os saberes dos territórios e promove a constituição de sujeitos críticos e ativos.

Nessa direção, esta investigação se justifica por tratar desse novo momento do fazer extensionista, a partir da resolução supracitada, que integra as ações aos currículos dos cursos de graduação, alinhados aos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Trata-se, portanto, de investigar não apenas a implantação normativa, mas os sentidos atribuídos à Extensão Popular como prática emancipatória e crítica no contexto da formação inicial.

Este trabalho está organizado em seções que apresentam: discussão da Extensão Universitária na Formação Inicial; reflexões sobre o protagonismo estudantil: pressupostos críticos; análise do papel da Resolução N° 07/2018 e sua atualização com a Resolução N° 04/2024; e consideração da Extensão Popular como estratégia formativa. Na sequência, expõe-se a metodologia da pesquisa e, com base nas produções analisadas, os resultados e discussões. Por fim, apresentam-se as Considerações Finais, com os principais apontamentos teóricos e práticos para o fortalecimento da Extensão Popular no Ensino Superior.

A Extensão Universitária na formação inicial

O processo de (re)democratização do Brasil, ainda que se constitua de forma não linear, evidenciando vários momentos de fragilidade, traz à tona a discussão sobre formação de cidadania e, em seu bojo, suscita no Ensino Superior, e, especificamente, na Extensão Universitária, a necessidade de se trabalharem temas como o protagonismo estudantil.

Nessa direção e espaço, que tem como *lócus* a Formação Inicial, os estudantes encontram possibilidade de exercitar, na prática, seu conhecimento e, ao mesmo tempo, aprender com os saberes e a linguagem diversificada das comunidades.

Assim, por um lado, garante-se o lugar, já estabelecido na Constituição Federal de 1988, da Extensão como pilar ao lado do Ensino e da Pesquisa. Também abre discussão para a busca do amadurecimento das atividades extensionistas, voltadas a uma formação crítica, dialógica e autêntica dos discentes, os quais devem ser os protagonistas de sua própria formação e preparação para a profissão a ser exercida em um futuro próximo.

Não se ignora, entretanto, que um dos vieses de forte significado do protagonismo aparece no contexto da ordem capitalista neoliberal, que se apropria do termo ‘protagonismo estudantil’, como forma de aliciar a juventude menos favorecida financeiramente a ocupar espaços no mercado de trabalho, reproduzindo um contexto educacional acrítico.

Conforme Ferreti *et al.* (2004, p.422):

Caberá aos professores, pesquisadores e especialistas o trabalho constante de desbastar os sutis vieses ideológicos desse “inferno semântico” de que nos fala Veríssimo (*apud* Frigotto; Ciavatta, 2002), de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica.

Ainda que imprescindível, desmistificar essa artimanha política e promover o protagonismo estudantil de forma crítica, transformadora, emancipatória, caminhando na contramão das desiguais e perversas condições socioeconômicas, é uma tarefa complexa para os professores.

Protagonismo estudantil: pressupostos críticos

Na Extensão, a “primeira voz” traduz a participação ativa do estudante, voltada para uma formação humanizada, crítica e transformadora, que deve ser a prioridade para que as

ações se consolidem como extensão. Cabe questionar: o que seria uma formação crítica e transformadora?

Miguel Arroyo (2014) defende as “pedagogias da produção do viver”. Para entender essa pedagogia, que é libertária, o sociólogo e educador a discute, refletindo sobre a contramão de seu próprio processo, ou seja, abordando outras pedagogias historicamente instituídas, eficazes em destruir saberes e identidades, produzindo sujeitos inferiorizados, espólios de seu próprio lugar na história da produção. Ou seja, aponta as várias pedagogias de subalternização, competentes em destruir “as formas ancestrais de viver, de produção da vida humana, das identidades e dos saberes” (Arroyo, 2014, p. 73).

Refletindo sobre o protagonismo estudantil, apoiamo-nos em Arroyo, ao argumentar que os “outros sujeitos”, aqueles que desenvolvem consciência crítica, foram, na verdade, sujeitos submetidos a práticas pedagógicas excludentes e subalternizadas, que trazem esse enraizamento nas relações políticas e nas experiências sociais em que são produzidas. Como contraponto, o estudioso indica que, na América Latina, no entanto, há uma forte cultura de resistência e é por meio dela que as pessoas aprendem outras formas de pensar, coladas às formas de reagir e intervir na lógica do pensar dominante. E essa oposição ocorre “a partir das múltiplas opressões e das consequências sociais e políticas de suas lutas, reações e resistências”. (Arroyo, 2014, p.15).

Como caminho, Arroyo julga necessário, por meio da Educação Popular e dos currículos criticamente revisados, a reflexão e o entendimento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, de dominação, das quais os trabalhadores e os próprios educandos são vítimas. Ele indica dois caminhos dicotômicos para o desenvolvimento das práticas pedagógicas modernas:

[...] de um lado constituinte da autoidentidade da escola, da docência, do pensamento pedagógico que justificam um modo de pensar os coletivos humanos em linhas radicais, éticos e produtores de verdades; do outro lado os incultos, ignorantes, irracionais, primitivos inconscientes, o reino do falso e da credence (Arroyo, 2014, p. 17).

No segundo caso, associado à precarização das formas de sobreviver dos grupos populares, gera-se um “povo violento, até infâncias violentas, perigosos, selvagens nas ruas, nas favelas, até nas escolas” (Arroyo, 2014, p. 17). É preciso, segundo Arroyo, “a elaboração de um pensamento pós-abissal”. A penas para lembrar, o pensamento abissal é um conceito

de Boaventura Santos que trata o pensamento moderno como um sistema dicotômico, com distinções radicais invisíveis, surgidas a partir do colonialismo.

Para Santos (2009), a superação desse sistema dá-se no reconhecimento da pluralidade da dialogicidade no mundo, em que os sujeitos reconhecem outras pedagogias e desenvolvem, mais conscientes, outras aprendizagens de formação e de humanização.

Nessa mesma direção, o educador Paulo Freire, a partir dos anos 1960, pensa e ressignifica essas pedagogias, tecendo reflexões que alcançam esses outros sujeitos.

Freire ressalta que os humanos são seres inconclusos e vivem em permanente movimento de busca de ser mais. Assim, afirma que “a educação se re-faz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo” (Freire, 1987, p. 42). Tratando de uma educação problematizadora, o pedagogo desenhou bem o processo da Extensão, ressaltando a dialogicidade como essência da educação e exercício da prática da liberdade, um dos pilares da Extensão Popular. Para ele, existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (Freire, 1987, p. 44).

O Papel da Resolução N° 07/2018 e sua atualização com a Resolução N° 04/2024

O Fórum de Pró-reitores da Extensão compreende ser “necessário o entendimento de que tudo o que se faz ou se vivencia em uma instituição de ensino superior é currículo” (FORPROEX, 2006, p. 55).

Neste sentido, a Resolução CNE N°07/2018 traduz importante conquista na luta por espaço da Extensão no Ensino Superior. De que maneira essa obrigatoriedade de efetivar as atividades de extensão no histórico acadêmico contribui para uma formação mais completa e significativa para os estudantes? No 6° Encontro da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), em Maceió-AL (2025), a Câmara que elaborou carta, fruto das discussões, destacou a “necessidade de um diálogo permanente entre as Pró-Reitorias, para se pensarem estratégias e metas que qualificassem o “planejamento, a implementação, o registro e a avaliação da inserção curricular da extensão nas IES”. Cita ainda desafios a serem enfrentados, como a falta de recursos para a mobilidade dos estudantes e a importância da perspectiva interdisciplinar.

No âmbito da formação discente, é fundamental que haja flexibilização do currículo, elemento basilar para que o próprio estudante tenha mais autonomia nas escolhas de seu processo formativo. As “atividades de extensão devem ser também adequadamente

registradas na documentação dos estudantes como forma de seu reconhecimento formativo” (Brasil, 2018. Art. 16). É importante destacar que essa formação não pode ser fragmentada, precisa estar integrada entre teoria e prática. Configura-se assim, como um *locus* de experimentação pedagógica que viabiliza aos estudantes o desenvolvimento de habilidades transversais, tais como a criatividade para resolução de desafios, o trabalho em equipe e o compromisso social que os prepare para os enfrentamentos dos desafios postos pela realidade contemporânea.

A Resolução CNE/CP N° 04/2024 de 29 de maio de 2024 é mais específica que a Resolução N°07/2018 e trata a Extensão como parte essencial da formação nas licenciaturas, estabelecendo a exigência de 320 horas para a vivência dessa dimensão. Expõe, ainda, que essa Extensão deve ser desenvolvida, preferencialmente, nas escolas básicas.

Trata-se de uma garantia do espaço extensionista, que, exige, entretanto, cuidado ante a possibilidade de se tornar uma extensão instrumentalizada. Para seu cumprimento, são muitos os desafios: 1º) porque segue uma Base Nacional comum Curricular (BNCC) que pensa as políticas públicas educacionais em nível nacional, cabendo às escolas adequarem seu Projeto Político Pedagógico aos processos e desafios locais; 2º) por não se abrirem condições para outras experiências, o que pode tolher a criatividade e tornar-se, inclusive, uma experiência assistencialista; 3º) por haver também o perigo de se confundir a Extensão com o Ensino, permanecendo-se mais próximo das práticas de Estágio do que propriamente da Extensão; 4º) por não dialogar com a realidade dos territórios, logo não criar vínculo e permanência, entre outros obstáculos.

A extensão popular como estratégia formativa

Compreende-se por Extensão Popular:

uma concepção de pensar, de fazer e de pautar a Extensão Universitária de forma coerente com os princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, especialmente, conforme as perspectivas desenvolvidas por Paulo Freire e por uma rica diversidade de outros autores (Cruz, 2021, p. 71).

Sob tal perspectiva, integrar a Extensão nos cotidianos escolares é vital, pois esta desempenha papel essencial para o desenvolvimento acadêmico-profissional nas licenciaturas. Brandão afirma que “pensar sobre a educação popular obriga a uma revisão de sentido da própria educação” (Brandão, 1985, p. 5). A escola é um espaço fértil que pode

configurar-se como lugar de resistência e reumanização dos espaços educativos, frente à expansão da racionalidade utilitarista que está alicerçada na educação brasileira.

Freire desenvolveu o círculo de cultura, um método participativo, dialógico, em que todos os envolvidos (professores, estudantes, comunidade) constroem, juntos, o conhecimento, a partir da realidade e necessidades de cada um. A educação e a Extensão Popular respeitam a cultura do território onde a escola ou comunidade estão inseridas e o tempo de aprendizagem de cada pessoa. É um espaço de partilha de saberes, desenvolvido de forma horizontal, ou seja, valorizando a construção coletiva dos saberes. A Extensão Popular, coerente com os princípios da Educação Popular, é sempre um estar, fazer e aprender *com*, nunca *para* ou *sobre*, bem como objetiva a transformação da ordem vigente, na busca de mais igualdade e justiça social, tendo nos estudantes e na comunidade os principais sujeitos protagonistas do processo. Jamais pode ser um processo assistencialista, que não enfrenta a falsa generosidade, que precisa de mãos estendidas em súplica – tem que ser um processo genuíno de mãos dadas em trabalho, para transformar as estruturas e relações injustas e opressivas (Freire, 1987).

Na Extensão Popular, o estudante vai desenvolver criatividade e abertura que, conforme Freire (1996), deve constituir-se em uma experiência motivada e motivadora, com autonomia de seus protagonistas, em que “ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 1996, p. 23). Como afirma Freire (1996, p. 24), “a prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje”. Nesse horizonte, voltamo-nos para processos de pesquisas do aprender e ensinar, intermediados pelas atividades de Extensão, refinando o olhar para as categorias que encampam o protagonismo estudantil na Extensão Popular, no sentido de promover a transformação da realidade e a emancipação dos oprimidos.

A revisão do estado da arte forneceu subsídios teóricos e dados relevantes que norteiam a construção do texto, situando nossa pesquisa no contexto da produção científica nacional. Diante de uma temática importante e permeada por questionamentos e desafios, que é a curricularização da Extensão, com o recorte delineado a partir da normatização da obrigatoriedade de sua inserção, constatou-se que há exiguidade de pesquisas e, conseqüentemente, lacunas a serem abordadas, refletidas e, quiçá, preenchidas.

Metodologia

Trata-se de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, realizada por meio da técnica do Estado da Arte (Soares, 1987), com o objetivo de mapear o que vem sendo desenvolvido no campo científico sobre Extensão Universitária, em trabalhos circunscritos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, na área de Educação, voltadas à Extensão Universitária como espaço do protagonismo estudantil e suas implicações para a formação inicial docente, com ênfase em abordagens alinhadas com a Extensão Popular. O objetivo foi confrontar os avanços e desafios vivenciados na Extensão Universitária, a partir das categorias elencadas, ensejando, nesta investigação, encontrar caminhos para o apuramento das vivências na UPE.

Segundo Soares (1987, p. 3, sic):

essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses.

Neste mesmo direcionamento, Marques (2004, p. 17) afirma que:

O Estado da Arte é uma das partes mais importantes de todo trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias. Além disso, auxilia na melhoria e desenvolvimento de novos postulados, conceitos e paradigmas.

Com o intuito de delinear a prospecção da pesquisa no panorama atual, adotou-se o período temporal de 2018 a 2024, correspondente à expedição da Resolução CNE/CES nº7/2018 e estendendo-se até as últimas produções depositadas.

A pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, base que reúne a produção acadêmica dos programas de pós-graduação reconhecidos no Brasil. Após a escolha do banco de dados, foram definidos os seguintes descritores combinados por operadores booleanos:

- “Extensão Universitária” AND “Formação Inicial” AND “Protagonismo Estudantil” AND “Extensão Popular”.

Por tratar-se de investigação voltada para as Licenciaturas, a busca limitou-se à área de conhecimento “Educação”. Foram usados os critérios de inclusão e exclusão das pesquisas descritos no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de inclusão/exclusão das fontes

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO
Tipo de pesquisa	Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado
Área de conhecimento	Educação
Recorte temporal	2018 a 2024
Acesso	Apenas trabalhos cujo acesso ao Banco de Dados da CAPES foi liberado pelos autores
Critérios de inclusão	Trabalhos que abordam os descritores: extensão universitária na formação inicial docente; protagonismo estudantil; práticas extensionistas em cursos de licenciatura ou áreas afins.
Critérios de Exclusão	Trabalhos fora da área de Educação, que não estejam voltados para a formação inicial docente; que não mencionem a Extensão; que não tenham vínculo com a prática formativa; trabalhos com acesso restrito.

Fonte: Adaptado pelos autores (CAPES, 2025).

Embora o leque de pesquisas sobre Extensão Universitária seja mais amplo, neste levantamento, após a garimpagem do foco temporal e categorias específicas da pesquisa, foram selecionadas 3 teses e 5 dissertações que contemplam o escopo delineado, conforme quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Quantitativo das fontes analisadas

Total de trabalhos encontrados (com todos os descritores)	27
Após aplicação dos filtros temáticos e metodológicos	14
Após a leitura dos resumos e exclusões em duplicidade, inadequação de foco e acesso restrito	8
Total final analisados	8 (3 teses e 5 dissertações)

Fonte: Adaptado pelos autores (CAPES, 2025).

Quadro 3 – Trabalhos selecionados e aptos para a investigação

ANO	CATEGORIA	INSTITUIÇÃO	AUTOR	TÍTULO DO TRABALHO
2022	Tese	Universidade Estadual de Ponta Grossa	ZANON, Denise Puglia	O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG
2022	Tese	Universidade Estadual de Maringá	CHINAGLIA, Andreia Pires	A Aprendizagem Colaborativa na Educação Musical de Acadêmicos(as) e Crianças: Harmonizando Encontros, Afinando Ideias e Orquestrando Saberes
2019	Tese	Universidade de Brasília	MACHADO, Andrea Kochhann	Formação Docente e Extensão Universitária: Tessituras entre concepções, sentidos entre concepções, sentidos e construções
2020	Dissertação	Universidade Federal de Alfenas	SILVA, Nayara	Educação Matemática a partir de um Projeto de Extensão Direcionado a Pessoas Idosas: Contribuições para a Formação Inicial de Professores de Matemática

2020	Dissertação	Universidade Estadual da Bahia	SILVA, Dayana Karla Barbosa	A Formação Inicial Docente na Extensão Universitária: Narrativas (auto)biográficas de estudantes de Licenciatura em Letras com Espanhol
2020	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	JUNIOR, Edson Luís Rezende	A Formação Inicial de professores(as) de língua espanhola no Centro de Línguas da UNESP FCL/ASSIS
2022	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	GUARDA, Luana Alves	Constituindo-se professor de língua estrangeira: experiências de formação inicial no PELT (Proj. de Ensino de Línguas de Tarumã)
2021	Dissertação	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SECONE, Isabella Hoglharhmm	Ensinar Língua japonesa em um centro de línguas universitário: quem faz a opção?

Fonte: Adaptado pelos autores (CAPES, 2025).

Os trabalhos foram analisados de forma qualitativa, seguindo leitura integral a partir dos seguintes critérios:

Imagem 1 – Critérios de análise



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Discussão e Resultados

A análise dos trabalhos nos permitiu refinar nossos sentidos para compreender o panorama da discussão acerca da Extensão Universitária, possibilitando confrontar a dinâmica das políticas públicas, voltadas para a Extensão, identificando as aproximações

conceituais e metodológicas bem como avanços e lacunas em relação ao protagonismo estudantil, nas práticas extensionistas na Formação Inicial Docente.

Diante das lutas e conquistas em relação à Extensão Universitária, observou-se a existência de uma lacuna em relação ao termo Extensão Popular. Em todos os trabalhos analisados, ainda que alguns se aproximem de seus princípios fundantes – a dialogicidade, o reconhecimento dos saberes territoriais, a construção horizontal e colaborativa dos saberes – há carência de aprofundamento, vivência e registro dessas práticas.

Dos trabalhos encontrados, iniciamos com a tese de Denise Puglia Zanon, intitulada: *“O processo de curricularização da extensão universitária na formação de licenciandos na UEPG”* (2022). Nela, a autora abrange a discussão sobre a formação inicial dos professores e debruça-se, mais especificamente, sobre o processo da curricularização da extensão nas licenciaturas da UEPG, como oportunidade de ressignificar a formação inicial docente, buscando a sua fundamentação de sustentação. Mesclou análise bibliográfica e entrevistas estruturadas com 17 participantes profissionais extensionistas da IES, comissões voltadas para a curricularização e projetos de Extensão. Não foram ouvidos os estudantes.

A autora entende a curricularização da Extensão como uma oportunidade de ressignificar a formação docente, oportunizando uma formação mais crítica e humanizada. Defende a práxis Freireana, que articula ação e reflexão como potencial transformador da realidade, beneficiando os estudantes e a comunidade externa participante. Embora não aborde o termo “Extensão popular”, seu trabalho direciona e compreende a Extensão a partir da perspectiva crítica e emancipatória de Paulo Freire, alinhando, assim, seu pensamento à concepção de extensão popular.

Zanon identificou dificuldades pertinentes à questão orçamentária e às políticas docentes que geram rachaduras no peso igualitário na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, ficando esta última desvalorizada diante das demais. Concluiu também que, para que haja formação humanista e crítica, o caminho dá-se pela interação dialógica entre universidade e comunidade externa, mas encontrou muitos entraves para a garantia de saberes e experiências plurais.

A mesma pesquisadora afirma que uma das fragilidades está na própria regulamentação, quando a Resolução N°2/2019 retrocede aos avanços expressos na Resolução N°2/2015, que negligencia a relação educação/sociedade e, dessa forma, conhecimentos essenciais para a formação humana, dando ênfase ao saber-fazer de natureza

técnico-instrumental. Identificou também centralidade, nos currículos, voltados para o Ensino e a Pesquisa.

Em concordância com Zanon, o desenvolvimento de uma educação crítica e reflexiva, concatenada com o mundo, é feito a partir da criação de projetos de Extensão nas licenciaturas, que potencializem, dialoguem e produzam uma formação transformadora e capaz de humanizar. O trabalho dessa estudiosa indica que os processos que delineiam a extensão não se manifestam de forma linear, demandando ruptura com práticas e concepções pedagógicas que sejam consolidadas.

Já Chinaglia (2022) deu voz a 11 (onze) acadêmicos de licenciaturas: uma em Educação Musical e outra em Artes Cênicas. Escutou, também, 32 (trinta e duas) crianças pertencentes à comunidade externa da Universidade Estadual de Maringá-PR. Dessa forma, investigou duas categorias: aprendizagem colaborativa no Ensino Superior e a prática da Aprendizagem Colaborativa com crianças. Procurou entender as características e benefícios das categorias na Formação Inicial. A autora aborda, em sua fundamentação, uma revisão de literatura sobre práticas colaborativas.

Abordou a Extensão Popular a partir de um curso voltado para as crianças, chamado “Brincando e Cantando”, em que analisou a ideia de liberdade criativa, colaboração, acolhimento, motivação, deu ênfase ao papel dos professores e a interação entre os pares no desenvolvimento do projeto.

Entre os desafios para o desenvolvimento da Extensão, a autora destaca a insegurança e ansiedade dos estudantes diante da inexperiência para desempenhar o papel de educadores musicais. Em Chinaglia (2022, p.137), um relato de estudante exemplifica a dificuldade de inferir-se em uma experiência dialógica transformadora:

Apesar de ter minha visão totalmente transformada positivamente com relação a deixar as crianças darem suas ideias e deixar que elas produzam toda a performance, eu ainda tenho um pouco de dificuldade de abrir mão do controle, de deixar só elas resolverem (estudante extensionista).

A autora relatou ainda outro desafio para o desenvolvimento da atividade de extensão: os espaços de sala de aula pequenos, gerando problema de infraestrutura, que limitava o número de crianças a serem alcançadas na ação, e a rotatividade de estudantes extensionistas para desenvolver a atividade.

Chinaglia deparou-se com dificuldade para implementação de método de aprendizagem colaborativa: a autora mencionou que, em alguns momentos houve resistência e dificuldade de adaptação. Relatou também que o tempo de aula era insuficiente para desenvolver atividades colaborativas, precisando muitas vezes fragmentar a ação, o que gerava quebra de ritmo por parte do público participante. Destaca que, para adotar uma metodologia colaborativa, exige-se dos futuros professores uma mudança sistêmica, abandonando práticas tradicionais de ensino e investindo em postura de mediação, o que não ocorre de forma simples e tampouco imediata. A autora concluiu que os benefícios da Extensão vão para além do preparo dos licenciandos para aprenderem a dar aulas, os ensina a lidar com questões de afetividade, acolhimento, empatia, motivação e sentimento de pertença.

Andrea Kochhann Machado (2019) apresenta um elemento não tratado nos trabalhos anteriores, a interiorização do ensino, ao escutar limites e perspectivas para uma formação crítico-emancipadora, diante das especificidades regionais. Analisou o sentido político-emancipador da Extensão para a Formação Inicial. Encontrou inconsistência para uma Extensão emancipadora, tais como dificuldade de conciliação dos horários das escolas com os horários dos acadêmicos. Identificou que os licenciandos são pessoas de baixa renda, expondo a urgência de redefinição político-filosófica, que disponibilize mais bolsas, como garantia do desenvolvimento formativo por meio da Extensão.

Guarda (2022), em sua pesquisa intitulada “Constituindo-se professor de língua estrangeira: experiências de formação inicial no PELT”, inseriu, como categoria central, a Formação Inicial, sendo abordada pela ótica dos licenciandos extensionistas do curso de Letras e Espanhol, que atuaram no Projeto de Ensino de Línguas de Tarumã (PELT), ativo desde 1997. Com base em pesquisa narrativa, Guarda analisou a experiência de 4 (quatro) professores em Formação Inicial, participantes do projeto em 2019, seguindo o método de entrevistas abertas, sem uso de roteiros rígidos.

Edson Rezende Junior (2020) desenvolveu dissertação intitulada “A Formação Inicial de Professores de Língua Espanhola na UNESP FCL/Assis”. As pesquisas de Guarda e Rezende Junior se aproximaram ao investigar egressos de Letras, em seus relatos de experiência como licenciandos. O trabalho de Rezende Junior distancia-se da pesquisa de Guarda ao aprofundar reflexão pertinente ao conceito que ele denomina de “terceiro espaço”, em que trata a formação do Centro de Línguas da UNESP como um espaço híbrido (teoria e prática), onde

os estudantes desenvolvem a autonomia e a capacidade de desenvolver análise crítica, preparando-os para suas identidades profissionais. Rezende Junior identifica a necessidade de discussão acerca dos materiais didáticos a serem usados como também de se ampliar o debate sobre a curricularização da Extensão. Ressalta a natureza cíclica e não linear da formação, enfatizando a importância de uma abordagem crítica, que gera autonomia para o estudante extensionista.

O trabalho de Isabella Hoglhammer Secone (2021) evidenciou a importância de experiência extensionista em um Programa de língua japonesa. A partir de um estudo de caso, fez análise documental, questionário on-line e entrevistas semiestruturadas, envolvendo 13 (treze) egressos. Também priorizou a formação inicial docente, abordando fortes indícios do protagonismo estudantil no projeto, que é inovador por tratar-se do curso da língua japonesa – língua não hegemônica no Ocidente e ainda discriminada no Brasil –, e coloca a Extensão na centralidade da experiência formativa. Secone embasou sua pesquisa em autores que abordam linha de pensar mais crítica, como Paulo Freire, Antônio Nóvoa, Jorge Larrosa. A autora não usa a expressão “extensão popular”, entretanto, ao democratizar o estudo de línguas, possibilita aproximação e dialogicidade entre a Universidade e a população externa.

Em 2020, Dayana Karla Barbosa da Silva, ancorada em autores como Nóvoa e Dantas, analisou o Programa Aprimoramento Língua e Literatura Estrangeira (PALLE) como um espaço potente para a formação inicial dos professores, defendida como espaço em contínua (re)construção, que ocorre em movimento, diálogo e trocas coletivas. A partir do uso da metodologia de (auto)biografias, a autora escutou bolsista do Programa supracitado, em uma abordagem fenomenológica e hermenêutica. Ressaltou a falta de espaço no currículo nacional, destinado ao estudo da língua espanhola; identificou a desvalorização da Extensão como espaço legítimo na Instituição de Ensino Superior e ressaltou a dificuldade de acesso voltado à oportunidade de formação, a exemplo dos programas de mobilidade acadêmica. Evidenciou a formação universitária como espaço potente de fortalecimento da identidade profissional dos estudantes. Entre os desafios, destaca a desvalorização do ensino da Língua Espanhola, a falta de políticas públicas que sejam consistentes. Entre os ganhos da Extensão, cita a conexão entre teoria e prática; o desenvolvimento da autonomia do estudante extensionista e o produto dessa ação, em formato de pesquisa, com a produção de conhecimentos e sua socialização em eventos acadêmicos.

Por fim, a pesquisa de Nayara Silva (2020) apresenta relevância social e uma forte contribuição para os futuros professores de Matemática, na formação inicial. Ao abordar a temática, valorizando aspectos como o protagonismo estudantil e a formação dos futuros professores, estabelece reflexão sobre uma prática formativa dialógica, nos parâmetros de uma formação freireana. A dissertação defende que a curricularização não deve ser apenas uma normativa, mas, para além da formalidade, é uma necessidade para cursos, como o de Matemática, integrarem práticas educativas críticas e reflexivas, preparando seus licenciandos para a profissão e os desafios do ensino na sociedade.

Após análise dos trabalhos selecionados, voltamos o olhar para a Universidade de Pernambuco e sua experiência extensionista.

Em 2017, a UPE regulamenta, com a Resolução nº 08/2017, sua política de curricularização em que foram criadas as primeiras experiências de vivência extensionista, por meio dos componentes curriculares mistos no curso de Licenciatura em Educação Física, na Escola Superior de Educação Física (ESEF – Recife). Posteriormente, em 2019 e 2020, em meio à pandemia de COVID-19, no momento em que vários cursos estavam passando por processo de renovação de seus PPCs, Vivências Extensionistas foram inseridas como Disciplinas Curriculares de Extensão (DCExts).

Atualmente a UPE dispõe de dois formatos de desenvolvimento de ações extensionistas: as Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) e as disciplinas curriculares de Extensão (DCExts). No caso das ACEs, existem vários programas e projetos consolidados, atendendo às demandas da comunidade. Um exemplo é o *Programa Núcleo Extensionista de Educação, Trabalho e Movimentos Sociais*. Iniciado em 2019 como evento, seguiu como projeto e, em 2023, foi submetido e aprovado como Programa pelo edital PFA/Proec. Suas atividades são desenvolvidas no âmbito do *Campus Mata Norte* (Nazaré da Mata - PE). O núcleo é multidisciplinar, envolvendo nove docentes das licenciaturas em Pedagogia, Geografia e Letras. Em meio a vários programas extensionistas com viés acadêmico, ele faz um esforço diferente, pois volta-se especificamente para a educação popular, promovendo a práxis extensionista com ênfase em trabalho e movimentos sociais, na perspectiva da educação popular contemporânea, especialmente em diálogo com sujeitos sociais populares.

O eixo mais potente do Programa é sua intencionalidade emancipatória, explicitando que tanto estudantes extensionistas, quanto os movimentos sociais não são objetos de ação assistencialista, pois protagonizam o processo de construção coletiva do conhecimento,

gerador de transformação social. Vem se consolidando como uma experiência crítica, política e transformadora, apresentando forte viés protagonista estudantil nas ações como cineclubes, seminários, minicursos e inserções autônomas e cooperativas, ao lado dos professores, aprendendo a “fazer com” os Movimentos Populares, fortalecendo a formação humanista e cidadã.

No caso das DCExts, experiência relativamente recente, a UPE está, em 2025, mapeando as ações e a situação extensionistas. Atualmente estão registradas 64 DCExts, em 24 cursos. No caso das licenciaturas, são computadas 15 DCExts nos cursos de Licenciatura em Pedagogia (Garanhuns, Nazaré da Mata, Petrolina), 1 DCExt no curso de Licenciatura em Educação do Campo (Petrolina) e 5 DCExts em Escola Superior de Educação Física (ESEF), totalizando 21 DCExts.

No ano corrente, foi publicado um artigo intitulado *Política de Inserção Curricular de Extensão em Cursos de Licenciaturas: a experiência da Universidade de Pernambuco* (Rodrigues et al., 2025), que apresenta análise de projetos no ano de 2024. O material analisado indica vários aspectos positivos, a exemplo dos projetos “Mãos no Mapa” (Geografia) e “Intervenções com Dança” (Educação Física), os quais ressaltam o forte protagonismos de seus estudantes em suas ações. Apresenta diversidade do formato pedagógico na Extensão, com a capacidade de flexibilidade nas ações, devido à diversidade de modalidades (ACEs, DCExts, Componentes mistos), transversalidade e articulação com as ODS, em vários projetos.

Em relação aos desafios, as experiências da UPE estão concatenadas com os trabalhos depositados na base de pesquisa da CAPES e investigados neste estudo. O primeiro desafio é a limitação imposta pela Resolução CNE/CP 04/2024, que pretende restringir a experiência das licenciaturas ao âmbito escolar. Esse limitador pode engessar as práticas extensionistas e contradizer o espírito da Extensão como prática comunitária ampla.

Outro limite mencionado no caso das DCExts é o choque entre tempo acadêmico e social, diante da rigidez do calendário acadêmico. Por sua vez, também é constatada a fragmentação curricular, sendo a Extensão vivenciada em formato estanque e sem tempo para gerar transformações sociais. Por fim, a experiência da UPE segue as dificuldades enfrentadas em nível nacional em relação ao financiamento das ações, processo que precisa

ser revisto, pois é imprescindível o apoio dessa ordem, a fim de se gerar logística para que os estudantes possam ir a campo desenvolver as atividades extensionistas.

As DCExts ainda apresentam uma incógnita em relação aos impactos sociais, por tratar-se de uma experiência nova e que está sendo delineada.

Considerações Finais

Esse estudo buscou compreender a forma como a Extensão Universitária, a partir da normatização das Resoluções CNE N° 07/2018 e Resolução CNE/CP N° 04/2024, alavanca o protagonismo estudantil na Formação Inicial Docente, na perspectiva dos princípios da Extensão Popular, nos parâmetros libertários defendidos por Paulo Freire. Constatamos relevantes avanços, tensões e lacunas.

Um aspecto notável foi a presença de práticas formativas afetivas, críticas e colaborativas, que promovem a dialogicidade e a integração entre a Universidade e a sociedade. Essa abordagem foi bem ilustrada nos trabalhos de Silva (2020) e Chinaglia (2022), que evidenciam o potencial das experiências de uma Extensão humanizadora.

Vários estudos indicaram a Extensão como *locus* formativo, contribuindo para a formação integral dos futuros docentes, com seu caráter transformador, gerador de mudanças e de melhorias para a sociedade. Na Formação Inicial Docente, experiências como a de Guarda (2022) destacam a capacidade de se promover, pelas ações da Extensão, identidade profissional aos educandos.

Embora tais aspectos tenham sido identificados, também se viram, entretanto, algumas lacunas na investigação que poderiam ter sido exploradas, como, por exemplo, a falta de análise mais aprofundada sobre os impactos das Resoluções CNE 07/2018 e CNE nº04/2024 para a Extensão Universitária.

Há necessidade de currículos mais flexíveis, a partir dos quais o estudante possa, democraticamente, escolher e direcionar sua identidade profissional, a partir da práxis extensionista.

A investigação ressaltou que há uma certa confusão na indissociabilidade entre os pilares Ensino, Extensão e Pesquisa, e que há poucas pesquisas sobre a inserção curricular e a real transformação, nos projetos analisados, para a comunidade externa.

Sobre financiamento, a carta dos Pró-Reitores no encontro da ABRUEM, em Maceió - AL, em 2025, mostrou uma preocupação que toca a todos os pró-reitores, sobre a logística necessária aos estudantes.

Por fim, uma lacuna significativa é a ausência efetiva de discussão sobre a experiência da Extensão Popular: conceitos e práxis. Isso nos leva a refletir sobre a Extensão no Ensino Superior, questionando se ainda não predomina uma perspectiva conservadora, que demanda mudanças, no sentido de se oferecer uma Extensão mais criativa, crítica e contextualizada em meio aos territórios.

A Extensão vem galgando espaço na Universidade, mesmo com distorções diante das outras dimensões. É preciso reafirmar sua importância, ou seja, centrada nos estudantes, alinhada à Educação Popular e aos territórios, que seja crítico-reflexiva e com práticas pedagógicas transformadoras.

Referências

- ARROYO, Miguel G. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20) 49 reimpr. da 1. ed. de 1981.
- BRASIL/CNE. **Resolução CNE Nº 07, de 18 de dezembro de 2018**. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acessado em 03/05/2025.
- BRASIL/CNE. **Resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE MAIO DE 2024**. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Resolucao-cne-cp-004-2024-05-29.pdf> Acessado em 04/03/2025.
- COSTA, Antônio Gomes. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.
- CRUZ, Pedro J. S. et al. Extensão Popular: bases teórico-metodológicas. **Rev. Reflexão e Ação**. vol. 29 no.2 Santa Cruz do Sul maio/ago 2021 Epub 21-Set-2023 Visto em 26/04/2025.
- FERRETTI, Celso João; TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. Protagonismo Juvenil na literatura especializada e na reforma do Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). **Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras – estudo comparativo 1993/2004**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Brasília: MEC/SESu, 2006. 97 p. (Coleção Extensão Universitária; v.5).
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v.7).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra., 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, Cyntia Tavares. **Potencialidades e limitações da aplicação simultânea de aromas e de pigmentos sensíveis ao calor e à luz em artigos de moda praia**. . Dissertação (Mestrado em Engenharia Têxtil). Portugal, 2004.

RODRIGUES, Luís Alberto. R *et al.* **Extensão em Redes e Agenda ODS: possibilidades e desafios**. Editora EDUNEAL, 2025 (E-book).

SANTOS, Boaventura Sousa; MENEZES, Maria Paula. (orgs.) **Epistemologias do Sul**, São Paulo, Cortês, 2009.

SIQUEIRA, Thais B. Protagonismo juvenil: cooptação ou emancipação dos jovens? **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI. 10.22456/2595-4377.111194. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/111194>. Acesso em: 20 abr. 2025

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização no Brasil - O Estado do Conhecimento**. Brasília: INEP/MEC, 1989.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. Sistema Seriado de Avaliação da Universidade de Pernambuco. Processo de Ingresso 2025. **Manual do Candidato**. Disponível: https://processodeingresso.upe.pe.gov.br/arquivos/ssa3_2025/MANUAL_SSA_3_2025__COMPLETO_20240614.pdf. Acesso: em 02 jul. 2025.

Sobre os/as autores/as

Rosa Maria Farias Tenório

Professora Assistente da Universidade de Pernambuco. Doutorando do PPGE/UPE. Possui mestrado em Educação pela UFPE, Graduação em Licenciatura em História (UPE), Especialização em História (UPE). E-mail: rosa.tenorio@upe.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1303-8943>;

Volmir José Brutscher

Professor do PPGE/UPE. Possui doutorado em Educação pela UFPB e mestrado em Educação pela PPGE/UPF. Graduado em Filosofia pela UPF e em Pedagogia pela FGD.
E-mail: volmir.brutscher@upe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5448-0941>

Recebido em: 23/08/2025

Aceito para publicação em: 25/09/2025